

## A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO

<sup>1</sup>Éricson da Nóbrega Torres

<sup>2</sup>Emília de Rodat F. Moreira

<sup>3</sup>Noemi Paes Freire

### Resumo

Este artigo faz parte dos resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado ainda em fase inicial, vinculada ao programa de pós-graduação em Geografia da UFPB-PPGG. Nesse bojo, o objetivo desse artigo é destacar a espacialização, a evolução e as características do trabalho assalariado rural no Nordeste brasileiro com base nos dados secundários fornecidos pelo IBGE, através dos dois últimos censos agropecuários, isto é, os de 1995-6 e o de 2006. A metodologia para elaboração do artigo baseou-se no levantamento bibliográfico, bem como, no levantamento e no processamento dos dados secundários e nas informações obtidas em outras pesquisas.

Palavras-chave: Capitalismo, assalariamento, agropecuária.

### Introdução

Sabe-se que, desde o período colonial até meados do século XX, predominaram na agropecuária nordestina relações de trabalho não tipicamente capitalistas tais como o sistema de morada, a parceria, o arrendamento e o sistema de posse da terra. Apesar disso, desde a implantação dos engenhos já era possível identificar formas de trabalho que não se enquadravam nessas categorias, ou seja, trabalhadores que dependiam de um salário mesmo pequeno para viver.

Ao longo do tempo, o avanço do capital ensejou profundas mudanças nas relações de trabalho no campo, representadas tanto pela retração nas relações tradicionais como pela expansão do trabalho assalariado (ANDRADE, 1998; MOREIRA e TARGINO, 1997 e TORRES, 2009).

A intensificação do processo de assalariamento na agricultura regional, porém, só se concretizaria de forma mais significativa na segunda metade do século XX, particularmente entre 1970 e 1980, no bojo do processo de modernização tecnológica da

---

<sup>1</sup> Professor efetivo do IFPB, doutorando em Geografia pelo PPGG-UFPB; ent6587@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do PPGG-UFPB; erodat@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Geografia pela UFPE; noemipaesfreire@gmail.com

agricultura brasileira, conhecido como “industrialização da agricultura” ou “penetração do capital no campo” (SILVA, 1985). Embora esse processo no Nordeste tenha sido mais modesto que o verificado no Centro-Sul do país, concentrando-se marcadamente em duas atividades, a cana e a pecuária, ele foi responsável pela expropriação maciça de produtores diretos, fossem eles moradores, parceiros, arrendatários ou posseiros e pelo forte crescimento do trabalho assalariado no período (TORRES, 2009).

A partir da década de 90 e, sobretudo, na primeira década do século XXI, o capitalismo na sua busca incessante por lucro para garantir sua auto reprodução se reestrutura sob um novo impulso, com o apoio do estado e dos grandes agentes econômicos privados que passam a expandir seus domínios por uma geografia formada de espaços/territórios historicamente considerados irrelevantes.

A região nordestina compreendida pelas entranhas do senso comum e de pensamentos conservadores que perpetuaram e perpetuam uma visão distorcida de um espaço naturalmente e culturalmente uniformes, símbolo da pobreza, da seca e das grandes taxas de emigração, vem sendo alvo da mira do olho do furacão “capital” que se “forma” em outras regiões e se desloca sobre o nome de agronegócio, que por onde passa, vem acompanhado de seus “vagalhões” que deixam rastros de destruições, seja na paisagem natural, seja na social.

O avanço do capital sob o figurino do agronegócio, no Nordeste, tem proporcionado inúmeras modificações na dinâmica socioespacial, cuja expressão nos territórios se revela em grandes mudanças que alteram diretamente a produção do espaço agrário com repercussões na dinâmica geográfica do trabalho. Essas transformações impulsionadas pela mobilidade do capital no campo nos trás um grande desafio para que possamos fazer uma leitura geográfica crítica do espaço que nos permita compreender as complexidades/contradições das relações capitalistas de produção na agropecuária nordestina e seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora.

Nesse bojo, o objetivo desse artigo, como já enfatizado é destacar a espacialização, a evolução e as características do trabalho assalariado rural no Nordeste brasileiro com base nos dados secundários fornecidos pelo IBGE, através dos dois últimos censos agropecuários, isto é, os de 1995-6 e o de 2006. Nesse contexto, o artigo ficará dividido em dois itens além da introdução e das considerações finais. O primeiro enfatizará o avanço da modernização no campo e sua relação com a expansão do assalariamento rural, e o

segundo irá tecer a espacialização, a evolução e as características do trabalho assalariado rural com base nos dados estatísticos.

### **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e seus reflexos sobre o espaço agrário e as relações de trabalho.**

Graziano da Silva (1985) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro concorda com Kaustky (1986) no sentido em que considera ter este se processado com base no que este autor denominou de “industrialização da agricultura”. Em outras palavras a agricultura passa a se constituir num ramo da indústria. Deste modo, as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária levam naturalmente a um aumento no uso de tecnologias químicas e mecânicas no campo.

Além dessas transformações, Maria Aparecida (1999) destaca que, o processo de industrialização da agricultura, teve entre outras conseqüências, a de criar uma força de trabalho circulante, residindo em lugares diversos, vencendo os longos percursos geográficos do país para garantir a reprodução do capital em determinados setores do ramo produtivo.

Ou seja, com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (isto é, com as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária), observa-se naturalmente um aumento na utilização de adubos, de inseticidas, de máquinas, de trabalho assalariado, além de uma intensificação do cultivo da terra com a finalidade de aumentar a produtividade para garantir maior lucratividade.

Na verdade para Silva (1985), o objetivo das transformações capitalistas no campo é elevar a produtividade do trabalho. Desse modo, se um solo é infértil, aduba-se; se é seco, irriga-se; se é ácido, aplica-se corretivos. A vocação do capital é não deixar livre nenhum espaço possível de extorsão de mais valia (MAURO, 2004). Em outras palavras é como se o sistema capitalista passasse a ‘fabricar’ uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros (SILVA, 1985).

Nesse sentido Elias (1996), da mesma forma que Silva (1985), afirma que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo

artificialmente algumas das condições necessárias à produção agrícola, que se torna conseqüentemente cada vez mais “dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos do trabalho agrícola” (ELIAS, 1996).

Para Delgado (1985), a implantação da indústria pesada no Brasil entre 1955 e 1961, a consolidação do Complexo Agroindustrial, a criação de um Sistema de Crédito Nacional, a intensificação do processo de urbanização e a ação do Estado através da implementação de políticas agrícolas destinadas a favorecer e incentivar a aquisição dos produtos da indústria pelos produtores rurais (sobretudo os médios e grandes), constituíram a mola mestra do processo de “modernização da agricultura”, ou seja, de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

Esse processo tomou impulso após a segunda guerra mundial, e destacou-se pela utilização de uma tecnologia de ponta, representando uma verdadeira revolução no que se refere à produção em massa de insumos agrícolas graças ao desenvolvimento da grande indústria química e mecânica. O setor industrial investiu intensamente nos meios de produção, determinando a ligação direta do desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento industrial. Pouco a pouco a agricultura brasileira industrializa-se, isto é, passa a depender da indústria à montante e à jusante do processo produtivo, seja como compradora de máquinas, equipamentos e outros insumos, seja como fornecedora de matéria-prima para o setor industrial (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A penetração do capital no campo abriu as portas para os proprietários de terras se apropriarem da renda capitalista da terra, acarretando o aumento da concentração fundiária no país. No Brasil, esse processo de industrialização da agricultura teve início por volta dos anos 50 do século XX, com a implantação de um novo padrão tecnológico baseado na importação de meios de produção. Nesse período, as facilidades concedidas e os estímulos vindos do Estado incrementaram no país um aumento do número de tratores e do consumo de tecnologias químicas como adubos, fertilizantes, defensivos, etc. A partir desse momento, inicia-se o processo de substituição de importações, com a implantação no país de setores industriais de bens de produção e de tecnologias químicas para a agropecuária tendo como suporte o apoio do Estado.

Entretanto, só a partir dos anos 60 do século XX, é que o processo de industrialização da agricultura brasileira ganha expressão. Esta época coincide com a instalação do Governo militar no país, e as forças políticas que passaram a governar o Estado atuavam no sentido de acelerar o desenvolvimento da industrialização do campo, incentivando a produção de monoculturas para exportação (cana, soja, café) e a pecuária também para a exportação, em detrimento da produção de alimentos para a população brasileira.

As mudanças políticas oriundas da administração do governo militar vieram no sentido de garantir e favorecer a subordinação da agricultura às exigências de acumulação e reprodução do capital. O setor primário da economia tornou-se palco de aplicação do capital urbano-industrial. Segundo Moreira (1988), esse processo se manifestou principalmente em duas direções a saber: primeiramente, modificou as relações técnicas de produção com a intensificação da utilização de máquinas, implementos e insumos de origem industrial; segundo, pelo avanço das relações de trabalho assalariadas, com destaque para o trabalho assalariado temporário, em detrimento das relações não tipicamente capitalistas tais como os sistemas de moradia e de arrendamento, ocasionando dessa maneira, o empobrecimento do trabalhador rural.

Destaca-se aqui, que esse momento de expansão capitalista no campo não ocorreu de forma passiva, isto é, sem que houvesse resistência por parte dos camponeses. Embora parcela significativa do campesinato tenha sido expulsa do campo e superlotado as fileiras do exército de reserva reproduzindo o processo de acumulação primitiva já analisado por Marx, na Inglaterra no século XIX, outra parcela resistiu bravamente ao processo de expulsão-expropriação originando os conflitos de terra por resistência. Desse modo constata-se que os capitalistas e os camponeses são os dois elementos que se confrontam em todo momento histórico da organização agrária brasileira.

O processo de modernização da agricultura brasileira contribuiu: a) para a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI), setor que iria atuar na produção de bens de produção para a agricultura; b) para a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural; c) para a aceleração do processo de urbanização e; d) para a intensificação do processo migratório, particularmente do êxodo rural. Oliveira (2005) e Moreira (1988)

fazem menção ao forte processo migratório do campo para as cidades que teve lugar no país no fim dos anos de 1960 e início da década de 1970.

É ainda Oliveira (2005) e Moreira (1988), que afirmam que o desenvolvimento do capitalismo no campo não se fez de modo homogêneo em todo o território nacional. Pelo contrário, ele foi excludente e diferenciador, aprofundando as diferenças regionais já existentes entre as regiões. É notório que o desenvolvimento tecnológico foi bem mais acentuado na região Centro-Sul do país do que o verificado no Norte-Nordeste. Prova disso está no número de tratores incorporados pelo Centro-Sul entre 1970-1980, período em que houve um incremento de 331.000 tratores, enquanto no Norte-Nordeste esse número não passou de 31.000 (MOREIRA, 1988).

Oliveira (2005) afirma que além das desigualdades regionais, essa incorporação tecnológica também se fez de modo mais significativo nos estabelecimentos maiores e apenas em determinadas culturas, algumas delas só atingindo algumas etapas do processo produtivo. Como exemplo pode-se citar o uso de fertilizantes que atingiu 50% nos estabelecimentos que estavam na faixa de 10 a 100ha em 1985, enquanto os que se situavam na faixa de 0 a 10 ha, no mesmo período, incorporaram adubos químicos apenas um em cada seis estabelecimentos; e no que tange à discrepância da incorporação técnica e química entre as culturas tem-se como exemplo que em 1985, 88% dos estabelecimentos produtores de café em São Paulo adubaram suas plantações, por outro lado apenas 32% dos que cultivavam banana usaram adubos (OLIVEIRA, 2005: p.472).

No que diz respeito aos financiamentos, embora eles não sejam a razão primordial para explicar o processo de expropriação, contribuíram para isso, na medida em que os pequenos agricultores não conseguiram preços bons para seus produtos e assim não pagaram as dívidas de empréstimos aos bancos, tendo conseqüentemente que hipotecar suas terras. Assim como as tecnologias químicas e mecânicas, os financiamentos foram absorvidos muito mais pelos grandes estabelecimentos.

Fato interessante a constatar, é que, embora os pequenos estabelecimentos tenham sido os que menos incorporaram o processo modernizador, responderam por mais de 70% da produção agropecuária brasileira em 1985 (OLIVEIRA, 2005). Para esse autor, isso só pode ser entendido a partir dos mecanismos contraditórios que o capital cria para se



reproduzir. De acordo com ele, o capital não tem se expandido no campo brasileiro assalariando todas as formas de produção, característica essencial do capital, mas, ora ele controla a circulação das mercadorias, subordinando-os à produção e às vezes inverte o processo, instalando-se na produção subordinando a circulação.

Então, como pode-se observar, não houve uma generalização do processo de modernização ou de dominação do capital sobre a agricultura em todo o território brasileiro, mas a sua concentração, seja espacial, seja setorial. A concentração fundiária no fundo influenciou na estrutura do consumo produtivo, contribuindo para que a distribuição da incorporação das tecnologias químicas e mecânicas sempre se estabelecesse com maior intensidade nos grandes estabelecimentos.

Se por um lado o processo modernizador contribuiu para o incremento de tecnologias químicas e mecânicas na agropecuária brasileira, para o aumento das exportações de culturas destinadas ao mercado externo (cana, soja, trigo) e para a consolidação no país do Complexo Agroindustrial, o mesmo processo modernizador acarretou uma série de problemas sociais e econômicos como enumera Moreira (1988) a saber: a) a retração da área cultivada com as culturas alimentares básicas; b) a intensificação da concentração fundiária; c) a deterioração da distribuição de renda no setor agrícola; d) a contaminação dos ecossistemas a partir da utilização indiscriminada de fertilizantes e outros agroquímicos; e) a intensificação do trabalho sazonal no setor agrícola; f) o avanço da urbanização ocasionado pelas migrações campo-cidade; e a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; As conseqüências desse processo extrapolam o campo e atingem as cidades.

Segundo Oliveira (2005), os dados censitários revelam que em pleno desenvolvimento do capitalismo no campo, isto é, entre 1970 e 1980, além de haver uma expansão do assalariamento, cresceu significativamente também o número de estabelecimentos de parceiros e posseiros, crescimento que não só se deu na região da fronteira agrícola, como também em regiões de povoamento antigo como a nordestina.

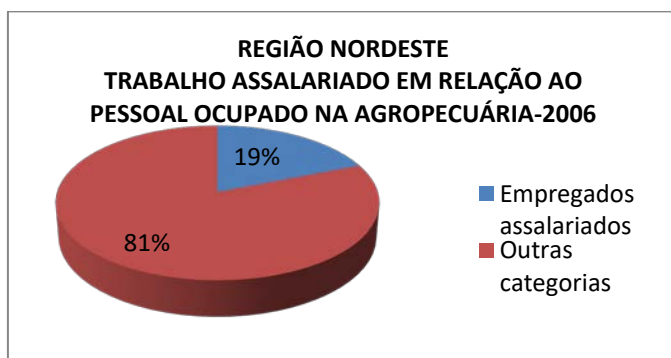
Não haveria, portanto, uma regra que levasse apenas à ampliação das relações de trabalho assalariadas no campo, mas, igualmente e contraditoriamente tem-se a expansão de relações não tipicamente capitalistas, com base no avanço da parceria, dos posseiros,

enfim, do trabalho familiar em geral. No próximo item iremos tecer as características, a espacialização e a evolução do trabalho assalariado rural no Nordeste Brasileiro com base nos dois últimos censos agropecuários, como já salientado.

### **Caracterização geral do trabalho assalariado no setor primário nordestino.**

No Nordeste existiam, em 2006, 7.699.138 pessoas ocupadas na atividade agropecuária. Desse total, 1.447.951 (ou 19%) eram empregados assalariados e 6.251.187 (ou 81%) eram agricultores de base familiar com acesso precário à terra como os parceiros, os arrendatários e os posseiros (IBGE, 2006), (v.mapa e gráfico 1). Esse dado reforça a tese defendida por Kautsky (1985) e Lênin (1982) no século XIX, de que o capitalismo abre espaço para a reprodução de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, e que a generalização do trabalho assalariado não pode ser encarada como um processo avassalador no campo. Corrobora com os clássicos na atualidade, geógrafos como Oliveira (2005), Fernandes (2000), Moreira (1988), Júnior (2012) quando estes afirmam que a lógica conservadora e contraditória do capital ao mesmo tempo que expande o assalariamento rural também permite a recriação do campesinato com tanto que este último fique submetido ao processo de reprodução do capital.

Gráfico 1



Elaboração: Éricson Torres. Fonte: censo agropecuário, IBGE-2006

Destacamos aqui também que, segundo o IBGE em 2006, existiam no Nordeste 24.046 trabalhadores que tinham alguma condição de trabalho semelhante ao assalariamento e a parceria ao mesmo tempo. Mas, não era nem um nem outro. Esses



trabalhadores eram empregados nos estabelecimentos de terceiros e o pagamento da venda da sua força-de-trabalho se dava através de produtos. Por tanto nem era um assalariado puro, pois não recebia o pagamento pelo trabalho efetuado em salário; muito menos um camponês, uma vez que os mesmos não possuíam o meio de produção, isto é, a terra.

Trata-se de uma nova categoria de trabalhador no espaço agrário do Nordeste, uma vez que a parceria destacada por Moreira (1997) e Andrade (1998) se diferencia completamente da atual? Ou como diria Thomás Júnior (2002), é fruto da hodierna reestruturação produtiva do capital que, através de sua teleologia, implica nas metamorfoses do mundo do trabalho inseridos na dinâmica do capitalismo no campo que reconfigura as relações sociais, de produção e de trabalho e dão uma nova configuração territorial com base em novas funções que surgem, bem como novas categorias de trabalhadores.

Em 2006 os empregados assalariados permanentes da agricultura Nordestina totalizavam 322.375 pessoas o que correspondiam a 22% do total de assalariados rurais. Os empregados temporários totalizavam 1.125.576 pessoas ou 78% do total dos assalariados rurais. Verifica-se que, o número de empregados temporários se sobressai, demonstrando que é muito mais vantajoso contratá-la temporariamente por parte dos que detém os meios de produção para assim garantir o lucro do capital e a sua reprodução ampliada.

Do conjunto do setor primário, foi a agricultura (aqui entendida como o conjunto das lavouras permanentes e temporárias) a que mais se destacou pelo emprego do trabalho assalariado em 2006, absorvendo 57% do total dos empregados assalariados da região. Segue em importância a atividade pecuária, absorvendo 37%. As outras atividades como produção florestal, horticultura e produção de sementes pouco empregaram, não passando dos 6%, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à distribuição dos trabalhadores assalariados por tipo de estabelecimento, segundo o produtor. Verificou-se que a maior concentração dos empregados assalariados ocorria nos estabelecimentos dos proprietários que absorveram em 2006, um total de 77% do total de empregados assalariados rurais da região. Seguem em importância os estabelecimentos dos arrendatários empregando 9% dos assalariados; o dos ocupantes empregando 6%; o dos parceiros e dos assentados sem título,

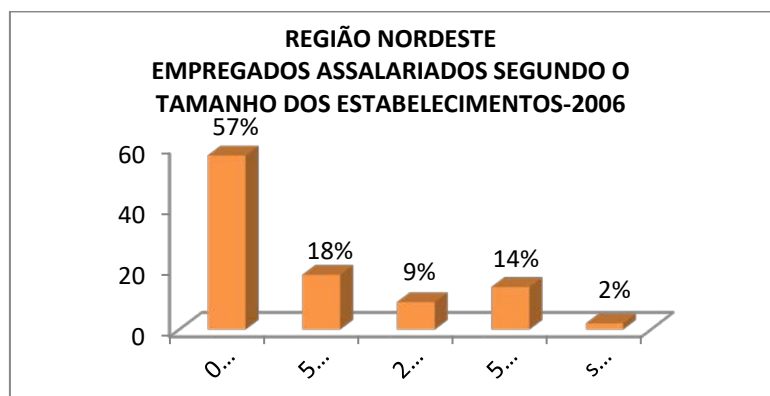
ambos empregando 3%, e por último, os produtores sem área que empregaram apenas 2% do total da mão-de-obra assalariada. Os dados revelam-nos que sobre o domínio do capital, é na propriedade privada, onde se encontra disparadamente a maior parte dos assalariados rurais no campo nordestino.

Chama-se a atenção também, para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Neste aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 ha contavam, em 2006, com 5.947.328 pessoas ocupadas o que representava 77% do total do pessoal ocupado nas diversas atividades do setor primário da região. Enquanto isso, nos estabelecimentos com 500 ha e mais, encontravam-se ocupadas apenas 284.856 pessoas ou 4% do total do pessoal ocupado no setor primário da região. Averigua-se por conseguinte que à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, diminui a quantidade de pessoas ocupadas. Desse modo, verificamos que o tipo de propriedade que mais emprega mão-de-obra são os pequenos estabelecimentos, enquanto que nos grandes, via de regra onde se desenvolve o agronegócio, o processo de mecanização, supostamente absorve menos mão-de-bra como salientam Oliveira (2005), Fernandes (2013), Moreira (1988), Silva (1981).

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados, segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se algo que contraria as teorias. Na década de 90 do século passado o maior número de empregados assalariados no campo encontravam-se nos maiores estabelecimentos, diminuindo o percentual a medida que diminuía o tamanho dos estabelecimentos. Para os autores já citados, isso justificava-se pelo fato de nas pequenas propriedades predominarem o trabalho familiar, uma vez que desenvolve-se nesses estabelecimentos a agricultura familiar; e nos grandes estabelecimentos, via de regra, desenvolve-se o agronegócio que emprega pouco e destaca-se pelo predomínio do trabalho assalariado como enfatiza Oliveira (2005), Fernandes (2013), Moreira (1988), Silva (1981). Mas algo novo se destaca no espaço agrário do Nordeste no que tange a mão-de-obra assalariada. A maior quantidade de empregados assalariados em 2006 também se concentravam nos menores estabelecimentos (v.gráfico 2). Teria razão Marx (1985) quando ressalta que, quando o desenvolvimento do capitalismo no campo atinge um nível tal, não é mais o trabalho assalariado que predominará. Esta mesma mão-de-obra que surge

a partir de uma expropriação, também é expulsa do campo devido ao desenvolvimento das forças produtivas.

Gráfico 2



Elaboração: Éricson Torres. Fonte: censo agropecuário, IBGE-2006

Interessante destacar que o trabalho assalariado permanente predominava na agricultura não familiar, enquanto que o assalariamento temporário predominava na agricultura familiar (Tabela 1). Isso explica pelo fato que, como dizia Chayanov (1981), em determinadas épocas do ano agrícola, a mão-de-obra familiar contrata temporariamente pessoas de fora para poupar a penosidade do trabalho em momentos que a atividade camponesa no campo demanda mais trabalho (v. tabela 1).

Quadro 1

Empregados	Ocupado na AF	Ocupado na ANF
Empregados permanentes	65.102	257.273
Empregados temporários	782.753	342.823

**DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS ASSALARIADOS SEGUNDO A AGRICULTURA FAMILIAR E A NÃO FAMILIAR.**

Elaboração: Éricson Torres. Fonte: censo agropecuário, IBGE-2006

No que tange às informações sobre trabalho infantil, verificou-se que no Nordeste existia em 2006, 471.121 crianças com menos de 14 anos ocupadas em atividades

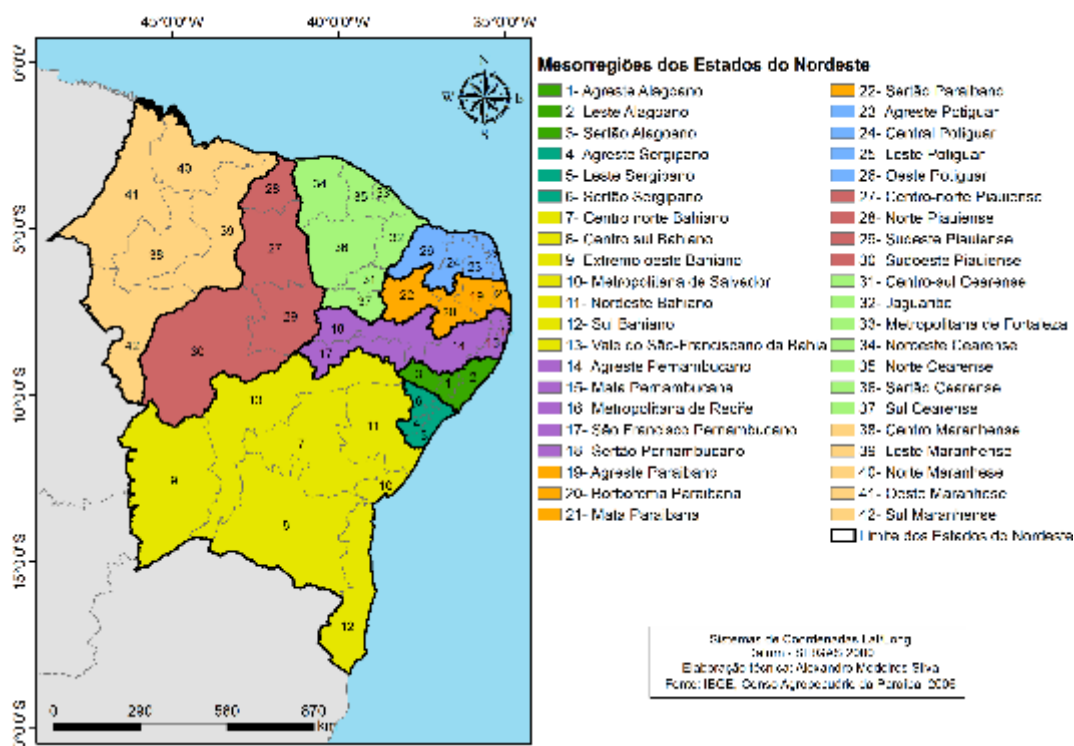
agropecuárias, o que representava 6,1% do total do pessoal ocupado na agropecuária Nordeste. Desse total de crianças ocupadas, apenas 1.966, isto é, 0,4% eram trabalhadores assalariados. Já em relação ao total de assalariados no campo nordestino em 2006, o trabalho assalariado infantil representava 0,1%.

No que diz respeito ao trabalho assalariado feminino, verificou-se que no Nordeste existia em 2006, 154.730 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias como assalariadas, o que representava apenas 11% do total de assalariados. Na atividade canieira por exemplo, na atualidade não existe mais mulheres no corte da cana e isso deve ter contribuído bastante para a redução do trabalho assalariado feminino no campo bem como cada vez mais a participação das mulheres no mercado urbano.

### Especialização do trabalho assalariado na agropecuária nordestina.

A expressão espacialização é aqui utilizada para designar a distribuição espacial, isto é, a forma como o trabalho assalariado rural distribui-se no espaço nordestino. A seguir temos um mapa mostrando a divisão mesorregional, por estados, no Nordeste (v. mapa 1).

MAPA 1



No que diz respeito às Mesorregiões, as que mais se destacavam por utilizar trabalhadores assalariados na agropecuária em 2006, foram as do: Centro-Sul Baiano (n.8) com 117.316 trabalhadores, correspondendo a 8% dos assalariados rurais da região. Localizada sobre a chapada diamantina e com a maior extensão territorial dentre todas as mesorregiões, ultrapassando o tamanho de muitos estados, no Centro Sul Baiano tem-se polos produtivos com destaque para a fruticultura orgânica como no município de Lençóis, onde se instalou a empresa Brasileira Bioenergia orgânica que implantou um grande projeto industrial na região, inclusive contratando mão-de-obra de territórios quilombolas. Destaca-se o cultivo de manga, maracujá, abacaxi, acerola, goiaba e jabuticaba. Além da fruticultura e também do algodão e do cacau, ganha destaque também a produção orgânica de mel, cachaça (cana-de-açúcar) e café entre os produtos orgânicos da Chapada Diamantina, premiados e reconhecidos internacionalmente pela sua qualidade. Com certificação orgânica e biodinâmica, a Cachaça Serra das almas, produzida na Fazenda Vaccaro, em Rio de Contas, foi eleita a melhor cachaça prata do país pela revista VIP em 2011. O mel Flor Nativa, fabricado de forma coletiva por integrantes da Associação de Apicultura e Meliponicultura do Vale do Capão, em Palmeiras, tem certificação orgânica e já foi premiado como o melhor nos Congressos Baianos de Apicultura em 2005, 2012 e 2013, e, em 2009, no Congresso Nordeste de Apicultura.

A Chapada ainda tem história com o café, exportado até para o Vaticano. (reportagem no site <http://www.guiachapadadiamantina.com.br/chapada-diamantina-se-especializa-na-producao-de-alimentos-organicos/>, acesso no dia 6-10-2016). Também segundo Bispo (2012) a cultura do milho, do feijão e da mandioca, isto é, da lavoura branca também é muito forte nesta mesorregião. Diante do tamanho desta meso e de tantas atividades agrícolas que demandam mão-de-obra, com destaque para a fruticultura, a cana, o café e o cacau, isso explica a maior presença do assalariamento rural no Nordeste nesta Mesorregião (BISPO, 2012).

Em seguida destaca-se a Mesorregião do Leste Alagoano (n.2) com 90.355 trabalhadores ou 6% do total dos assalariados. Nesta predomina a forte monocultura da cana-de-açúcar; segue em importância o Centro-Norte Baiano (n.7) com 70.270 trabalhadores ou (4,8% do total de assalariados). Nesta mesorregião predomina 5 culturas principais: lavoura branca (feijão, mandioca e milho), o sisal e já a territorialização da

expansão da soja se fazendo presente (BISPO, 2012). Com certeza a soja e o sisal contribuem para a presença do assalariamento na região; o Nordeste Baiano (n.11) com 68.690 trabalhadores ou (4,7% do total de assalariados). Aqui além da lavoura branca destaca-se a laranja e o coco da baía; e o Leste Maranhense (n.39) com 62.909 trabalhadores ou (4,3% dos assalariados da região) onde há o avanço da soja e a cultura do eucalipto para a indústria da celulose (COSTA, 2012). Essas duas culturas representam o agronegócio nesta mesorregião e contribuem para a presença do assalariamento rural. Além delas há também aqui a concentração das usinas de açúcar e a produção canavieira do Estado.

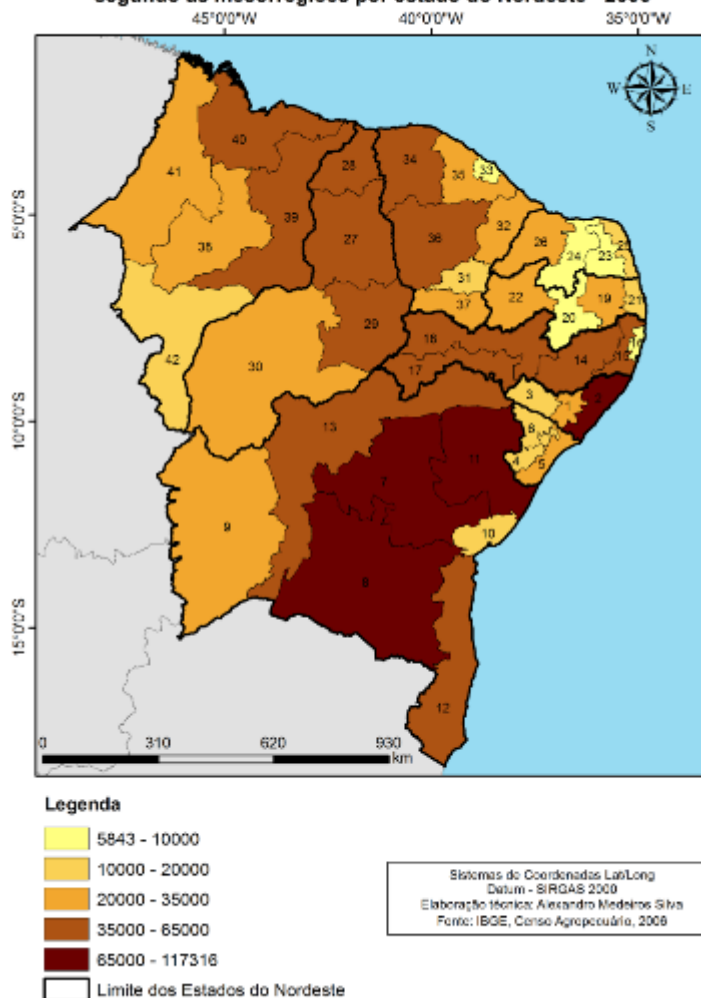
Nessa meso predomina o bioma das matas dos cocais onde destaca-se a produção do coco babaçu. Nessa produção predomina praticamente a agricultura familiar, mas também é desenvolvida em terras privadas, onde muitas vezes, sobretudo as mulheres, são contratadas, as chamadas quebradeiras de coco que ganham muito pouco, uma vez que, segundo MESQUITA (2008) 82% das quebradeiras de coco babaçu são constituídas pela categoria de não-proprietário.

Nessa região também existem áreas com peculiaridades importantes quanto às suas dinâmicas agropecuárias; segundo o relatório da SEADE (Fundação de sistema estadual de análise de dados) no município de Barra do Corda há uma fazenda de 30 mil ha de exploração extrativista em moldes empresariais desenvolvida pela Merck (multinacional farmacêutica Alemã) para a produção de jaborandi, para extração da pilocarpina, e 2 mil ha de fava danta. Destaca-se ainda nessa região a área do vale do rio Munim, uma mancha de cerrado que tem sido ocupada por novas territorializações de empresários gaúchos, constituindo uma área de avanço do agronegócio da soja, associada à retomada da cotonicultura. Desse modo, a soja, a cana, o eucalipto e as demais produções agropecuárias citadas contribuem para a presença do assalariamento rural nesta mesorregião. (v.mapa 2).

## MAPA 2



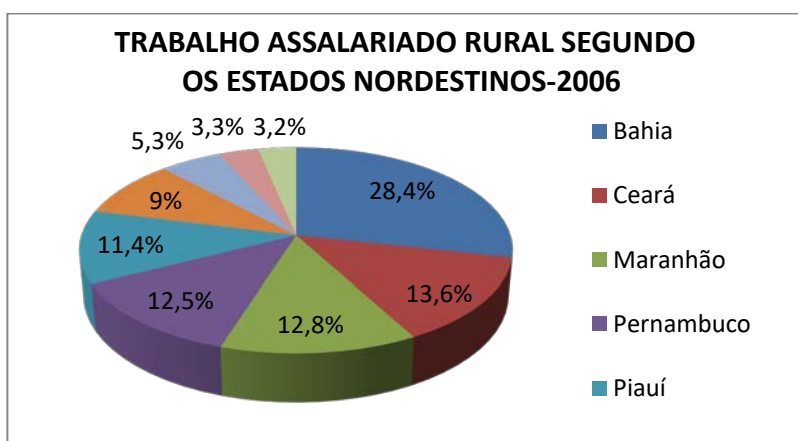
Distribuição espacial do Trabalho assalariado na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006



As Mesorregiões do Nordeste que menos contrataram trabalhadores assalariados coincidiam com as do: Centro-Potiguar (n.24) com 5.843 (0,4% do total de assalariados); Agreste-Potiguar (n.23) com 7.800 (0,5% do total de assalariados); Borborema-PB (n.20) com 8.051 (0,52% do total de assalariados); Metropolitana do Recife (n.16) com 9.251 (0,61% do total de assalariados) e a Metropolitana de Fortaleza (n.33) com 9.333 (0,64% do total de assalariados) (v.mapa 2).

No que diz respeito a distribuição do assalariamento rural segundo os estados do Nordeste, o gráfico abaixo demonstra o percentual deste indicador para cada estado em 2006.

Gráfico 3



Elaboração: Éricson Torres. Fonte: censo agropecuário, IBGE-2006

Como pode ter sido observado no gráfico acima, os estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco foram os que mais se destacaram em 2006 pelo número de empregados assalariados nas diferentes modalidades analisadas nesta pesquisa. Em primeiro lugar podemos explicar isso chamando a atenção para o fato desses estados terem um imenso território se comparado aos demais estados nordestinos. Segundo que, na Bahia e em Pernambuco temos duas das atividades agrícolas que mais demandam mão-de-obra assalariada, quais sejam: a atividade canavieira predominante na zona da mata desses estados e a fruticultura irrigada com destaque para a produção de manga e uva no vale do São Francisco, mais precisamente nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Na Bahia também ainda podemos destacar na sua porção bem ao oeste o avanço da soja que também emprega, porém numa proporção bem menor devido ao grande avanço da mecanização nesse setor.

O estado do Ceará também se destaca bastante na produção de fruticultura irrigada com destaque para a produção de melão; enquanto que no Maranhão temos também o avanço da soja no sul do estado bem como a demanda por trabalho no bioma das palmeiras da carnaúba, do babaçu, da oiticica e do buriti que apresentam grande valor econômico para a população local.

Outro indicador interessante a ser destacado pelos dados da PNAD 2013, seria a taxa de ilegalidade ou informalidade do trabalho assalariado rural segundo os estados Nordesteiros. Vale salientar que os dados da PNAD se referem a assalariados com 10 anos ou mais de idade. Como pode ser observado na tabela abaixo, é impressionante como é

elevado o número de pessoas que trabalham na ilegalidade no campo Nordeste. Isso equivale a dizer que grande parte dos assalariados rurais do Nordeste não tem direitos trabalhistas como: férias remunerada, 13º salário, licença maternidade e paternidade, seguro desemprego, exames médicos de admissão e demissão, repouso semanal remunerado entre outros. A média da taxa de informalidade no Nordeste fica em torno de 76,5%.

Embora alta, esse indicador se agrava ainda mais quando analisamos a situação de cada estado individualmente a ponto de termos estado batendo na casa dos 90% de pessoas trabalhando como assalariadas informais como no estado do Ceará e de Sergipe. Esta é uma forma dentre tantas outras, de como o capitalismo se reproduz e se amplia em busca do lucro desenfreado a custa da precarização-fragmentação, da flexibilização, da plasticidade ou da terceirização das condições sociais de vida e de trabalho da classe trabalhadora como salienta Thomáz Júnior (2011).

Tabela 1

<b>ESTADOS</b>	<b>ASSALARIADOS RURAIS</b>	<b>% DE INFORMALIDADE</b>
Bahia	490.720	81,70%
Ceará	171.971	91,80%
Maranhão	149.675	81,40%
Pernambuco	184.227	69,10%
Piauí	70.094	81,40%
Alagoas	134.994	41,70%
Paraíba	72.835	77,40%
Sergipe	77.364	90,70%
Rio Grande do Norte	61.401	73,90%

**TAXA DE INFORMALIDADE DO ASSALARIAMENTO RURAL SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE. Fonte: PNAD, 2013.**

### **Evolução do trabalho assalariado (1996-2006) no campo Nordestino.**

No que tange a evolução do assalariamento rural, por categorias, tivemos um crescimento do número total de assalariados na região Nordeste de 1996-2006 bem como o número de assalariados temporários. Já os assalariados permanentes, o trabalho assalariado infantil e feminino tiveram uma redução na década em análise como demonstra a tabela (2) abaixo.

<b>NORDESTE</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>
Assalariados	1.378.879	1.447.951	5,0
Assalariados Permanentes	446.438	322.375	-27,8
Assalariados Temporários	932.441	1.125.576	20,7
Crianças ocupadas	1.198.839	471.121	-60,7
Crianças assalariadas		1.966	#DIV/0!
Mulheres assalariadas	176.713	154.730	-12,4
Mulheres ocupadas	2.800.118	2.324.580	-17,0

**TABELA 2: EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ASSALARIADOS ENTRE 1996-2006.**

Fonte: IBGE. Censos **agropecuários 1996-2006.**

Já em relação aos estados, BA, AL, PI e PB, foram os únicos que seguiram a mesma tendência para o conjunto da região. Os demais, MA, CE, PE, RN e SE tiveram uma redução do assalariamento rural. Chama-se atenção para o grande avanço do assalariamento no período, no estado do Piauí, com um crescimento da ordem de 255%. Possivelmente devido ao avanço do agronegócio da soja nesse estado. Situação contrária se deu no Rio Grande do Norte com uma redução de 40,2%. Destaca-se também o estado da Paraíba com um avanço de 46,8%.

### **Considerações Finais.**

Uma vez que a pesquisa continua em andamento, para este momento podemos apenas afirmar que houve um avanço do assalariamento rural no Nordeste brasileiro, no período em análise, e isso se deve em grande parte ao avanço do agronegócio na região, seja através da volta da expansão da atividade canavieira na zona da mata, seja através do

capital fruticultor nas áreas semi-áridas, bem como também, mas em menor proporção, na expansão da soja nas fronteiras com o cerrado. Essas culturas representantes do agronegócio tem absorvido parte da mão-de-obra expulsa com a expansão do mesmo.

O discurso do Estado e dos grandes conglomerados que representam a inserção do capitalismo no campo é apoiado na falsa promessa de que com ele, o desenvolvimento, irá chegar e ter-se-á um aumento na oferta de empregos, e com isso a melhoria das condições de vida da população que será absorvida como mão-de-obra. Todavia, longe de melhorar as condições de vida da população, o que tem se visto com o avanço do capital no campo, é a continuidade do processo de expulsão de camponeses de suas terras, a transformação de parcela desses expulsos em assalariados temporários, a deterioração das suas condições de vida, a precarização do trabalho, bem como a destruição do meio ambiente e a multiplicação de conflitos sociais.

A expansão do capital no campo tem contribuído para a retração das relações de trabalho tradicionais e para a expansão/retração do trabalho assalariado rural e que essa relação de trabalho além de heterogênea se distribui de forma diferenciada segundo as subunidades espaciais, o sexo e a idade e está submetida a um forte processo de exploração e de precarização com rebatimentos profundos sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores.

### **Referências Bibliográficas.**

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Editora Universitária - UFPE, 1998.

BISPO, Nelsivan Gonçalves. **Uma análise estrutural e regional de culturas agrícolas por mesorregiões do estado da Bahia entre 2001 e 2010 com base no modelo shift and share**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, 2012.

COSTA, Saulo Barros da. **Produção do eucalipto no Baixo Parnaíba Maranhense - Ordenamento (E CONFLITO) territorial em foco**. Artigo publicado na XIII Jornada do Trabalho, 2012.

CHAYANOV, Alexandr Vasilevich. **Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas**. [1924] In: \_\_\_\_\_. et al. Chayanov y la teoría de la economía campesina. Compilación de José Aricó. México D. F.: Ediciones Pasado y Presente, 1981. pp. 49-82.

DENIZE, Elias. **Globalização e modernização Agrícola**. Revista Paranaense de Geografia, Curitiba, nº1, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

IBGE, Censo agropecuário, 1996.

IBGE, Censo agropecuário, 2006

PNAD, 2013.

JÚNIOR, Antônio Thomaz e DOURADO, José Aparecido Lima. **Projetos desenvolvimentistas e disputas territoriais na América Latina**. Artigo publicado no XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do Trabalho**. Revista Pegada, v.3, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1985. Livro 1,voII.

MOREIRA, Emília e Ivan Targino. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. Ed: Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília. **Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira**. João Pessoa: Boletim 7. Departamento de Geociências da UFPB,1988.p.45-55.

KAUTSKY, Karl. **A agricultura moderna**. In: A questão agrária.3ª ed. São Paulo,1986.

LENNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. ED.Cultural, 1982.

MESQUITA, Benjamin Alvino. **AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO BABAÇU: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente**. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: **Transformações recentes**.In:ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.).Geografia do Brasil.5 ed. São Paulo:EDUSP, 2005, cap.8, p. 467-534.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TORRES, Éricson da Nóbrega. **Espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, 2009.

site <http://www.guiachapadadiamantina.com.br/chapada-diamantina-se-especializa-na-producao-de-alimentos-organicos/>, acesso no dia 6-10-2016).